

ras descartáveis que os nossos policiais do estado de São Paulo usam? Saem do bolso deles. Eles que compram as máscaras.

É está aqui, 67 milhões que o Estado comprou sem licitação, de 17 milhões de máscaras.
Aí resta a explicação do Governo do Estado de São Paulo ao Ministério Público de Contas e a nós, parlamentares, que somos fiscalizadores, e ao povo de São Paulo.

Esta semana, descarregaram lá no Hospital Geral de Guaianases 24 mil aventais. Não tinha lugar para comprar, tiveram que pegar um monte e levar não sei para onde, que ninguém sabe para onde foi.

Vinte e quatro mil aventais, ao custo de 29 milhões, também sem licitação. E o impressionante, uma coincidência, os aventais também foram comprados de uma empresa, Vittadini, que fica no Bom Retiro. Os proprietários são chineses. Será que é uma coincidência isso daí? Estamos acompanhando e fiscalizando.

O desrespeito ultrapassou a fronteira do absurdo. Hoje foi anunciado o fechamento do Hospital de Campanha aqui do Ibirapuera. Amanhã vai ter alta o último paciente. Que Deus o abençoe, o proteja. No entanto, foi um hospital de campanha onde se gastou mais de 60 milhões. O hospital permaneceu aberto por cinco meses. Mais de 60 milhões. Ou seja, atendeu uma média de 3.200 pacientes.

Quanto custou cada paciente nesses cinco meses, por mais de 60 milhões? Cada paciente custou 20 mil reais para o governo. É aceitável isso? É totalmente incoerente, agride a lei e agride o nosso senso. Nós precisamos de explicações, nós precisamos de responsabilização. Alguém tem que responder por esses atos.

Que Deus abençoe o povo de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, Sr. Deputado. Deputada Janaina Paschoal.

O SR. FREDERICO D’AVILA – PSL - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, gostaria de registrar, dentro do que o Major Mecca disse, que vou ficar muito feliz a hora que se encerrarem as investigações, se Deus quiser, o Ministério Público, o mais rápido possível, para verificar a quais interesses, deputada Janaina, atenderam esses contratos sem licitação. Quero ver aonde vai chegar. E com certeza, sem querer fazer pré-julgamento, nós vamos ter surpresas não muito agradáveis sob o ponto de vista de veresação dos serviços públicos, mas não muito diferente do que nós imaginávamos, como disse aqui o Major Mecca, na sua exposição.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigada, Sr. Presidente. Seguindo ainda com o debate sobre o 529, eu então reitero que fiz uma emenda aglutinativa que retira do rol de entidades a serem extintas a Furf, o Oncocentro, a Itesp, o Itesp e condiciona a introdução de novos serviços a serem regulados pela Arsesp à autorização por esta Casa.

Isso não significa que eu seja favorável à extinção das demais entidades. Não é isso, mas eu procurei encontrar um caminho de conciliação, porque, apresentando essa emenda, o projeto sai de tramitação e volta para um congresso de comissões que nós já não sabemos se o presidente tentará fazer ainda antes de trazer o projeto para o plenário.

Eu quero que a população de São Paulo compreenda que nós não estamos aqui abraçando uma pauta sindical, digamos assim. Pelo menos eu não estou; respeito quem esteja.

O meu problema com esse projeto não está relacionado a direitos, a garantias dos funcionários públicos que eventualmente serão demitidos, seja num processo de demissão voluntária ou involuntária, mesmo respeitando estes funcionários e entendendo que se trata de funcionários com conhecimentos muito especializados.

Então, será uma perda para o estado, mas esse não é o problema. O problema é que o projeto impacta diretamente em serviços, serviços de saúde. Por exemplo, dois assessores meus acompanharam duas ações da Sucen, que também está na lista das instituições a serem extintas.

Eles trabalham com pesquisas importantes, controlando febre amarela, controlando, por exemplo, a proliferação do barbeiro, analisando o ciclo dessas doenças, fornecendo informações, dados científicos não só para o estado de São Paulo, para os órgãos públicos, mas para o Brasil inteiro.

Eu não sou apegada a órgãos nem a denominações, porém não pode o governo extinguir esse trabalho, que é um trabalho de fôlego, um trabalho onde há muitas pessoas especializadas, sem nos dizer que outro órgão fará esse trabalho. E a justificativa no projeto é genérica: “A secretaria”. Que secretaria? Que setor? Com que equipe?

Tem um ponto intrigante. Recebi ontem uma missiva do Instituto Zoológico, que também está no rol das entidades a serem extintas, e nessa missiva a pessoa me chama a atenção para um dado importante, que tem a ver com esta Casa. Em 2019, depois de melhorar muito o projeto do governo, nós autorizamos a concessão do Parque Zoológico. Pelo menos eu votei favoravelmente, não foi unânime, mas nós autorizamos.

Naquele projeto de lei que foi aprovado, está previsto que o Instituto Zoológico vai fiscalizar a concessão. Ora, quer dizer então que a Casa que aprova uma lei atribuindo a esse instituto o poder-dever de fiscalizar a concessão agora extingue o Instituto? Quem vai fiscalizar a concessão? Então, para além das importantes pesquisas feitas pelo Instituto, há uma questão aqui de probidade administrativa.

Também assessores do gabinete visitaram os assentamentos que são organizados pelo Itesp. Muitas vezes as pessoas têm a ideia ideologizada de que seriam ali invasores. Não é isso. É um trabalho sério; é um trabalho jurídico de análise daquelas famílias. As famílias produzem, as famílias vendem as verduras que produzem. Então existe um trabalho sério.

Como eu disse aos senhores, o Instituto da Pesca, que está lá no Parque da Água Branca, será concedido também não se sabe como, nem se sabe para quem. As pessoas estão sendo removidas do parque sem nenhuma informação. prédios absolutamente abandonados dentro do parque, e eles estão esvaziando os prédios que estão ocupados.

Eu fiz ofício, eu falei em plenário; ninguém deu uma satisfação. Eu não estou aqui fazendo discursos. O líder do Governo até me convidou para ir. Depois que não deu certo a oitiva do secretário Mauro Ricardo, ele me convidou para ir ao Palácio para receber os esclarecimentos.

No caso, convidou para ir na manhã de hoje. Eu disse a ele que poderia ser por telefone, porque as coisas que estão sendo ditas nesta Casa são de tal ordem que eu confesso aos senhores: eu tenho medo de ir a uma reunião; eu tenho medo.

São coisas de tal ordem que eu prefiro que esses esclarecimentos sejam feitos de maneira pública, de maneira formal, seja por ofício, seja numa reunião na Casa, ainda que por zoom, porque é tão estranho o que está acontecendo em torno desse projeto...

É tanta resistência para dar respostas simples, respostas que podem ser dadas num vídeo, num ofício, numa audiência, que nós temos medo para entender quais são os interesses que há.

São muitos imóveis envolvidos. Coincidentemente, todas as instituições a serem extintas têm imóveis em quantidades. Quando não em quantidades, muito valiosos, em bairros de muito valor. Muitos daqueles serviços prestados hoje para a população mais carente, como os exames de DNA, podem vir a ser prestados por entidades privadas. Que interesses há?

Então, nós queremos mais detalhes. Quem acompanha o meu trabalho sabe que não faço oposição por oposição, nem apoio por apoio. Procuro olhar projeto por projeto, e esse projeto está muito estranho.

Eu vou voltar a falar ainda hoje para explicar para a população o impacto tributário que o projeto traz. Diferentemente do que a esquerda está interpretando, não é para os ricos e milionários. É para a população simples do estado de São Paulo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sra. Deputada.

O SR. GIL DINIZ - PSL - Sr. Presidente, para uma comunicação?

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - É regimental, Sr. Deputado.

O SR. GIL DINIZ - PSL - PARA COMUNICAÇÃO - Presidente, não abordei o 529, mas estou recebendo várias mensagens de diversos trabalhadores de várias empresas e autarquias. Só queria deixar consignado neste microfone o meu voto contrário, o meu voto “não” ao 529. E falo o porquê: a deputada Janaina disse dessas coisas que pairam no ar aqui na Assembleia Legislativa, mas deixo mais claro aqui. É questão de emenda parlamentar.

O governo, quando quer aprovar um projeto aqui, “tratorar”, passa por cima. Se preciso for, abre o cofre e joga emenda parlamentar, não aquela impositiva, mas aquela voluntária, aos seus aliados e a quem ele acha que pode fazer esse acordo. Não crítico o deputado que queira ajudar a sua base, mas para que “tratorar”?

Mais uma vez, vem a figura do relator especial. O governo não consegue dar prosseguimento nas comissões de mérito, na CCJ, em Finanças e Orçamento e nas outras comissões mais.

Quer atropelar, não consegue, derruba as comissões e depois chama o relator especial - claro, um deputado da base, um deputado biônico, que se sabe que vai dar um relatório favorável e vai querer “tratorar” aqui no plenário.

Então, deixo consignado o meu voto “não”. O que eu puder fazer para obstruir, eu vou obstruir, porque, no mínimo, está muito suspeita essa maneira de agir do Sr. Governador e da sua base aqui nesta Casa Legislativa.

Respeite, governador, respeite o Parlamento. Respeite a democracia. Dessa maneira, não tem democracia nenhuma. Fomos eleitos para representar os nossos eleitores, e V. Exa. não respeita e quer “tratorar” mais uma vez, nesse caso do 529.

Espero que esta Casa tenha a altivez de votar contrariamente e derrotar esse projeto do Sr. Governador.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, Sr. Deputado. Neste momento, encerro o Pequeno Expediente.

- Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Não havendo mais oradores inscritos e também por estarmos... (Fala fora do microfone.) Pode! A deputada Janaina Paschoal fará uma comunicação.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - PARA COMUNICAÇÃO - Obrigada, Sr. Presidente. Eu queria explicar que o projeto muda totalmente o tributo causa mortis e o tributo de doação, além do ICMS.

No que tange ao tributo causa mortis, o projeto o altera, porque passa a trabalhar de maneira muito mais clara e muito mais radical com o valor de mercado dos imóveis, e não com o valor venal, que é mais comum.

Além disso, passa a prever que o imposto causa mortis é devido no momento do falecimento, e não apenas no inventário. Então, a família vai ser devedora independentemente de abrir o inventário.

Nos dias de hoje, Sr. Presidente, muitas famílias até têm um imóvel, dois imóveis, mas não têm dinheiro para pagar o tributo. Então, é muito comum as famílias passarem anos, décadas com uma situação, não digo que seja irregular, mas instável, por não ter dinheiro para fazer o inventário.

Com o aumento que ocorrerá, porque eles mudaram a base de cálculo - não é mais valor venal, é o valor de mercado -, menos famílias conseguirão fazer seus inventários. Só que, diferentemente da situação atual, elas não devem apenas quando vão dar início. Vão dever quando da morte. Então, todos poderão ser executados. É uma mudança significativa.

No caso de uma separação, é comum o casal... Às vezes um tem uma renda maior - pelo regime é até do casal, mas eles sabem que a parte maior é de um ou de outro. Na hora da separação, existe um acordo. Esse projeto está prevendo que, em uma separação, se o marido fica com mais ou a mulher fica com mais, tem que pagar tributo sobre o valor de mercado.

O tributo vai incidir sobre sociedade, sobre cotas. Os colegas da esquerda estão achando que isso é bom, porque acham que só os milionários vão ser tributados. Quem vai sofrer é aquela família mais simples que tem um imóvel, que tem uma pequena empresinha. O governo vai poder instaurar processo para apurar o valor de mercado. As pessoas vão ter que se defender.

Então, assim, é um projeto com impacto real na vida da população, e ninguém está discutindo isso. Fico intrigada que os sites jurídicos, às vezes, ficam dias e dias debatendo uma mudança ridícula na esfera federal, com todo o respeito, e aqui esse projeto vai ter impacto na vida das pessoas e ninguém está vendo.

Daí a minha preocupação, porque temos que ter responsabilidade com os temas que passam aqui. O governo juntou um monte de coisa. Um ponto agrada um, outro ponto não agrada o outro.

Pelas questões ideológicas, as bancadas não se unem. Estou com dificuldades em conseguir as assinaturas na emenda aglutinativa. E quem vai pagar, quem vai sofrer, é a população do estado de São Paulo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sra. Deputada. É isso mesmo, quem vai sofrer é a população. Aumento de impostos, ITCMD e por aí vai. Mas conte comigo nesse apoio, Sra. Deputada.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Presidente, havendo acordo de lideranças, peço o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, Sra. Deputada.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Obrigado a todos. Bom final de semana.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 34 minutos.

28 DE SETEMBRO DE 2020 65ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: GILMACI SANTOS, DOUGLAS GARCIA e CORONEL TELHADA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - GILMACI SANTOS

Assume a Presidência e abre a sessão. Convoca, em nome da Presidência efetiva, duas sessões extraordinárias a serem realizadas hoje, a primeira às 19 horas e a segunda dez minutos após o término da primeira.

2 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, crítica a convocação de duas sessões extraordinárias sem prévia reunião das lideranças. Afirma que a medida afeta a autonomia deste Poder.

3 - CORONEL TELHADA

Faz coro ao pronunciamento do deputado Carlos Giannazi. Crítica o PL 529/20. Informa que hoje comemora-se o Dia do Hidrógrafo e o Dia Mundial da Luta contra a Raiva. Defende a retomada do trabalho de profissionais do setor de eventos. Crítica o prefeito Bruno Covas pela não liberação de categorias do citado setor, as quais listou. Comenta ocorrência policial em Peruíbe, de salvamento de criança engasgada. Refere-se à apreensão de cerca de 12 toneladas de drogas na Rodovia dos Imigrantes, após perseguição.

4 - DOUGLAS GARCIA

Assume a Presidência.

5 - CARLOS GIANNAZI

Crítica o secretário da Educação, Rossieli Soares, pela falta de clareza, a seu ver, em anúncio de programa de compra de computadores para a Pasta. Lembra clamor por concessão de banda larga para alunos da rede estadual de ensino. Destaca a importância de agentes de organização escolar, excluídos da medida. Indaga se o anúncio do governo estadual comporta subsídio ou doação de computadores.

6 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência. Retifica, em nome da Presidência efetiva, o horário da realização da primeira sessão extraordinária a ser realizada hoje, para as 19 horas e 30 minutos.

7 - RICARDO MELLÃO

Lamenta a convocação de sessões extraordinárias para o trâmite do PL 529/20. Aduz que deve obstruir a propositura. Afirma que não há semelhança com a reforma administrativa do Congresso Nacional. Clama por atenção ao art. 24 do citado projeto, por tratar-se de aumento de tributos. Argumenta que a medida visa à transferência do déficit do estado para a população.

8 - DOUGLAS GARCIA

Crítica o PL 529/20. Lembra gastos com compras de aventais, de máscaras, e em hospitais de campanha. Afirma que o governador João Doria praticara crime de responsabilidade. Defende investigações de denúncias contra a citada autoridade. Acrescenta que o chefe do Poder Executivo estadual traía o presidente da República. Enaltece a relevância do Oncocentro.

9 - CARLOS GIANNAZI

Anuncia que 75% das pessoas, em pesquisa, são contra a reabertura de escolas. Comenta matéria publicada pelo jornal "Estadão", a informar que o secretário estadual da Educação defende interesses econômicos de estabelecimentos de ensino particulares. Crítica pressão por parte do Governo do Estado, pela retomada de aulas presenciais. Defende greve e desobediência civil, a favor da vida. Clama pela concessão de bônus para professores excluídos do direito. Crítica a convocação de sessões extraordinárias para o trâmite do PL 529/20.

10 - DOUGLAS GARCIA

Para comunicação, lamenta o falecimento de Francisco Assis de Souza, combatente do Exército Brasileiro. Transmite condolências aos familiares.

11 - DOUGLAS GARCIA

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

12 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 29/09, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra sessão extraordinária a ser realizada hoje, às 19 horas e 30 minutos. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Gilmaci Santos.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Senhoras e senhores, neste momento, iniciaremos o nosso Pequeno Expediente convidando para fazer uso da palavra o nobre deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Frederico d’Ávila. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada. Tem V. Exa. o tempo regimental.

Enquanto V. Exa. se dirige à tribuna, convocação:

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

- NR - A Ordem do Dia para a 34a Sessão Extraordinária foi publicada no D.O. de 29/09/2019.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma segunda sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término da primeira sessão extraordinária, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

- NR - A Ordem do Dia para a 35a Sessão Extraordinária foi publicada no D.O. de 29/09/2019.

Com a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente. Para uma comunicação rápida?

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Tem V. Exa. o tempo.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, eu fico chocado. Isso é um golpe. Sr. Presidente, chamar duas sessões extraordinárias para pautar esse famigerado e perverso PL 529, que vai fazer a devastação dos serviços públicos do estado de São Paulo.

E ela foi chamada, essa reunião extraordinária na verdade, duas -, sem que houvesse ainda a reunião de líderes. Não começou a reunião de líderes, deputado Telhada, deputado Douglas Garcia, e o presidente já se antecipou, dando um verdadeiro golpe na Assembleia Legislativa. Isso é inconcebível, Sr. Presidente. Já tem aqui duas sessões extraordinárias. Eu já achei estranho, agora o presidente chamou duas sessões.

Quero fazer um registro aqui de que isso é um golpe na Assembleia Legislativa, na autonomia e na independência. Isso mostra claramente que o governo vai passar, vai tentar passar o rolo compressor contra a oposição aqui na Assembleia Legislativa e contra o povo do estado de São Paulo, mas estaremos mobilizados, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado Carlos Giannazi. Com a palavra o deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos os que nos assistem pela TV Assembleia, quero cumprimentar aqui o tenente Akira, o cabo Rodrigues e a cabo Bastos, que representam tão bem a nossa Assessoria Policial Militar.

Pois bem: hoje é dia 28 de setembro de 2020, segunda-feira. Quero aqui dizer que também acho um absurdo chamarmos duas extras na segunda-feira, antes da reunião de líderes.

Quero dizer que estamos contra o PL 529, estamos na resistência desse PL que vai acabar com a vida do cidadão paulistano, trazer novos impostos. Cinco mil e seiscentos funcionários públicos demitidos. Nós trabalharemos contra o 529.

Pois bem, hoje, dia 28 de setembro, é o Dia do Hidrógrafo. Um abraço a todos os nossos amigos da Marinha e a todos os que trabalham com essa profissão, fazendo as cartas hidrográficas, cuidando dos nossos mares, das nossas milhas náuticas, que é a soberania brasileira.

Também quero mandar um abraço, que hoje é o dia mundial da luta contra a raiva. Então, aqueles que têm seus pets, nunca se esqueçam de vacinar seus animais. A raiva, apesar de ser uma doença que praticamente está extinta, ainda causa preocupação, e os animais devem ser, sim, vacinados.

Sr. Presidente, quero fazer aqui uma alusão porquanto no dia 25 de setembro, na sexta-feira, a Prefeitura de São Paulo publicou, no Diário Oficial, protocolos para a liberação dos equipamentos culturais na cidade de São Paulo.

Ou seja, com essa mudança de fase, estarão liberados, a partir do dia nove de outubro, eventos de até 600 pessoas: apresentações em teatros, casas de shows, museus, galerias, bibliotecas, convenções, seminários, workshops, palestras, feiras de artesanato e gastronomia.

Aí que vem o problema. Eu não entendo a prefeitura, não entendo o estado de São Paulo, como eles conseguem trabalhar assim contra o cidadão paulista. Desde o dia 15 de março, nós estamos nesse estado de isolamento, as pessoas que trabalham com eventos estão sem trabalhar há mais de seis meses e meio, estão passando necessidade, estão passando fome; muitas empresas falindo e fechando e as pessoas ficando desempregadas.

Estou falando aqui de um setor que está totalmente revoltado e abandonado, que é o setor de festas, donos de buffets e trabalhadores que dependem dos eventos sociais para sobreviver. Eles liberaram um monte de coisas aqui, mas não liberaram festas, não liberaram casamentos, porque, segundo o site do G1, apesar de eventos de até 600 pessoas estarem liberados, não estão liberadas as festas, que continuam temporariamente proibidas.

Ou seja, é uma hipocrisia total. Nós liberamos os eventos de até 600 pessoas, e festas de casamento - que são pessoas conhecidas, família, até 100, 150 pessoas - estão proibidas. Como é que pode isso? Eles querem o que, que essas pessoas vão para a mendicância, para a rua? Só pode ser isso. Eu não entendo o prefeito e o governador de São Paulo.

Continua proibida a permanência de pessoas em festas, casamentos, aniversários, ou seja, estas festas estão proibidas. Portanto, isso é um absurdo, porque eventos de até 600 pessoas estão autorizados e uma festa de aniversário, de casamento, que tem 50, 100, 150 pessoas, está proibida. Essa categoria eu estou sabendo que está totalmente revoltada e abandonada; não tem ninguém lutando por essas pessoas, e muitos já faliram.

É interessante nós estarmos aqui defendendo essas pessoas, e eu solicito à nossa assessoria que, por gentileza, encaminhe estas palavras ao prefeito de São Paulo e ao governador de São Paulo, para que liberem de imediato as festas de casamento, aniversários, funerais também, que é o caso; enfim, eventos em buffets, eventos onde as famílias possam se reunir.

É um absurdo eu fazer evento até 600 pessoas e tipos de festas não poderem acontecer, hipocrisia total. Para vocês terem uma ideia, olha a relação de quem não pode trabalhar: buffets, espaços de festas, DJs e empresas de som e iluminação, assessores de eventos, empresas de decoradores, docerias, casas de aluguel de trajes de festas, bartenders, garçons, staff de buffets e espaço de eventos; ou seja, todo tipo de pessoa que trabalha com casamento e aniversário.

Então, peço ao nosso prefeito da cidade de São Paulo e ao governador do estado de São Paulo para que liberem imediatamente as festas, aniversários, casamentos e eventos, para que essas pessoas que estão passando fome possam voltar a trabalhar e cuidar de suas famílias e de suas empresas.

Eu quero aproveitar, Sr. Presidente, para falar de duas ocorrências da Polícia Militar. Solicito mais um minutinho, por gentileza, deputado Douglas Garcia, V. Exa. que assume galhardamente a nossa Presidência. Quero aqui fazer referência a uma ocorrência que ocorreu aqui no litoral, mais exatamente na área do 45º BPMI.

- Assume a Presidência o Sr. Douglas Garcia.

Nós tivemos uma ocorrência lá na região de Peruíbe, onde policiais militares salvaram uma criança que se encontrava engasgada. O soldado Pezotti e o soldado Lins se encontravam pela base da 2ª Companhia do 45º Batalhão, lá em Peruíbe, escalados no serviço dia, momento em que um veículo de cor preta parou bruscamente, abrindo as portas, gritando, pedindo socorro, momento em que os policiais saíram.

Foi visualizado que se tratava de uma criança engasgada, o Bernardo, acompanhado de seus avós que o trouxeram até a equipe. O menino já nem estava falando e ficando em estado de choque. Olhe que situação difícil para essa família.

De imediato, o soldado Pezotti, juntamente com o soldado Lins, deu início à manobra de Heimlich, tentando desobstruir as vias aéreas da criança, que engascou com um pirulito.

Naquele momento, a viatura 45209, com o cabo Hugo e a soldado Tatiana também, que estavam indo retirar material na companhia, apoiaram rapidamente, enquanto o cabo João Carlos informou o Copom sobre os fatos.

O soldado Pezotti, por diversas vezes, realizou a manobra, porém sem apresentar sinais de melhora. Adentrou a viatura juntamente com a criança, realizando manobras sem cessar e durante várias tentativas.

Durante o percurso até a UPA Samambaia, a criança ficou sem força, vermelha, momento em que o soldado Pezotti realizou pinçamento alcançando o objeto, que era um pirulito, e fazendo com que aquela criança vomitasse e expelisse o pirulito.

Com apoio da equipe do CGP2 e comando Dejen, as vias públicas foram desobstruídas para que a viatura se deslocasse com mais rapidez, e no PS a criança foi medicada pelo Dr. Thiago e posteriormente liberada para seus avós.

Então, quero mandar parabéns aqui para essa equipe do 45 BPMI/ 2º Companhia, soldado Pezotti, soldado Lins, cabo João Carlos, cabo Hugo e a soldado Tatiana. Parabéns, vocês salvaram a vida de uma criança. Isso não tem preço. É a nossa Polícia Militar. Quero aproveitar também para mandar um abraço para o meu amigo Christian, lá de Peruíbe. Christian, sucesso na missão.

Para fechar também, Sr. Presidente, mais um minutinho, por gentileza. Houve uma ocorrência muito importante de apreensão de drogas. Dê uma olhada nesta fotografia, o quanto foi apreendido de droga pelo 1º Batalhão Rodoviário, na Rodovia dos Imigrantes, km 49. A equipe é o 1º tenente Frederico, o cabo Galeno e o soldado Renato Ramos.

A equipe do comando, durante patrulhamento de supervisão pela Rodovia dos Imigrantes, avistou um Fiat Toro. O motorista demonstrou nervosismo ao notar a aproximação da viatura e empreendeu fuga.

Após realização do cerco e acompanhamento do veículo, a equipe obteve êxito em deter o indivíduo, que, além de causar danos a outros veículos, tentou com força física contra a integridade da equipe, sendo necessário algemá-lo.

Dê uma olhada, gente, nessa foto o que tem de droga. Pode voltar para mim. Após busca pessoal, nada de ilícito foi encontrado; porém, durante a busca veicular, foi localizada grande quantidade de drogas.

Relatou-se, ou foi constatado - dê uma olhadinha nessa foto agora, por favor -, que havia 598 pacotes de pasta base de cocaína no veículo, que era alugado e vinha do Rio de Janeiro para o Guarujá. No total, cerca de 12 toneladas de drogas foram apreendidas. É brincadeira, gente?

Parabéns, então, à Polícia Rodoviária nossa da Polícia Militar de São Paulo, em especial à equipe do 1º tenente Frederico, cabo Galeno e soldado Renato Ramos, por essa bela apreensão de drogas.

E é isso aí, é a Polícia Militar salv